

ATO DE CONSTITUIÇÃO DA GRID GERADORES E LOCAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

RENATO CAMPOS AMARAL, brasileiro, natural de Goiânia, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro elétrico, portador do RG de nº. 3788295 - DGPC/GO, devida e regularmente inscrito nos quadros do CPF/MF sob o nº. 856.198.761-87, residente e domiciliado na Rua C – 263, Quadra 591, Lotes 14/15, Apartamento 701, Residencial Chamonix, Setor Nova Suíça, CEP.: 74.280-260, Goiânia/GO;

GUSTAVO FERNANDES PIMENTEL, brasileiro, natural de Goiânia, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro elétrico, portador do RG de nº. 4100924 - DGPC/GO, devida e regularmente inscrito nos quadros do CPF/MF sob o nº. 912.240.551-87, residente e domiciliado na Rua 14 nº 271 Qd C-21 Lt 9/13 apt 2101, Ed Ícone, Jardim Goiás, CEP 74.810-180, Goiânia/GO, e

FABIANA DO AMARAL SALLA MACHADO, brasileira, natural de Brasília, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheira elétrica, portadora do RG de nº. 4060166 - DGPC/GO, devida e regularmente inscrita nos quadros do CPF/MF sob o nº. 925.606.521-53, residente e domiciliada na Rua C – 263, Quadra 591, Lotes 14/15, Apartamento 701, Residencial Chamonix, Setor Nova Suíça, CEP.: 74.280-260, Goiânia/GO;

Únicos sócios da sociedade empresária organizada sob a forma de SOCIEDADE LIMITADA **GRID GERADORES E LOCAÇÃO LTDA.**, consolidam o seu contrato social, mediante as cláusulas a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO

A sociedade tem como denominação social **GRID GERADORES E LOCAÇÃO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE

A sociedade tem sua sede social na Rua 261-B, Qd. 108 Lt. 11, Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, CEP 74610-270.

Parágrafo Único – A sociedade poderá, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social, abrir ou encerrar filiais, agências ou sucursais, atribuindo-lhes, para os efeitos legais, uma parcela do capital social.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto social a locação, a revenda, instalação, operação, manutenção e serviços de automação e monitoramento de grupos geradores, seus acessórios e equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA – DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES

A sociedade terá duração por prazo indeterminado e suas atividades se iniciam em 24 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) divididos em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

| SÓCIOS | QUOTAS | VALOR |
|---------------------------------|---------|----------------|
| Renato Campos Amaral | 166.668 | R\$ 166.668,00 |
| Gustavo Fernandes Pimentel | 166.666 | R\$ 166.666,00 |
| Fabiana do Amaral Salla Machado | 166.666 | R\$ 166.666,00 |
| TOTAL | 500.000 | R\$ 500.000,00 |

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Conforme determinado no artigo 1.054 da Lei nº 10.406/2002, em referência ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade poderá ser exercida individualmente pelos sócios **RENATO CAMPOS AMARAL, GUSTAVO FERNANDES PIMENTEL E FABIANA DO AMARAL SALLA**




Thiago Silva Pena
OAB/GO 28.890



MACHADO, já devidamente qualificados, cabendo a estes, separadamente, todos os poderes de administração e representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e órgãos previdenciários, bem como a administração interna da sociedade, a organização de seus investimentos, a captação de recursos e a aplicação destes, assinando, sempre, apenas 01 (um) administrador.

Inexistência de impedimento:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Primeiro - Os administradores são dispensados de prestar caução.

Parágrafo Segundo - É expressamente vedado aos administradores o uso da denominação social da Empresa em negócios particulares ou estranhos ao objetivo social da Empresa, bem como aos mesmos é proibida a concessão de avais, fianças, abonos e similares em negócios que não sejam do estrito interesse da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As procurações outorgadas pela sociedade poderão ser assinadas por um ou mais administradores, especificando-se expressamente os poderes conferidos e contendo prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção às procurações *ad judicia*, que serão outorgadas por prazo indeterminado. As procurações outorgadas a empregados da sociedade cessarão com o término do contrato de trabalho do outorgado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Pelos serviços prestados à sociedade os sócios com poderes de Administração fazem jus a uma retirada mensal a título de pro-labore, cujo valor é fixado pelos sócios, que é levada a débito da conta de despesas na escrituração Contábil da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – DO BALANÇO GERAL, LUCROS OU PREJUÍZOS

O exercício social se encerra todo dia 31 de dezembro de cada ano. Nessa oportunidade é levantado um balanço geral para apuração do resultado econômico do exercício, mediante

~~Thiago Silva Pena~~
~~04/05/2023 8:00~~



A handwritten signature in black ink, appearing to be "A." followed by a long horizontal stroke.

2

A 5x5 grid of dots. The dots are arranged as follows (row by row):
 Row 1: (1,1), (1,2), (1,4), (1,5)
 Row 2: (2,1), (2,3), (2,5)
 Row 3: (3,1), (3,4), (3,5)
 Row 4: (4,2), (4,3), (4,4)
 Row 5: (5,1), (5,4), (5,5)

devendo o sócio cedente oferecer as quotas aos demais sócios, sempre por escrito, em correspondência dirigida a cada um dos sócios, da qual constem as condições da alienação, para que estes se manifestem sobre o exercício da preferência no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Não havendo a assunção de preferência das quotas pelos sócios remanescentes, fica ainda facultado aos mesmos efetuar redução de capital social pelo valor das quotas do sócio retirante, a serem pagas pela sociedade em 12 (doze) parcelas mensais, fixas e consecutivas. Para tanto, deve ser elaborado um balanço patrimonial, onde se apurará os direitos do sócio retirante, balanço este que tem um prazo de 60 (sessenta) dias para ser apresentado, prazo este contado após os prazos estipulados no caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INALTERABILIDADE DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

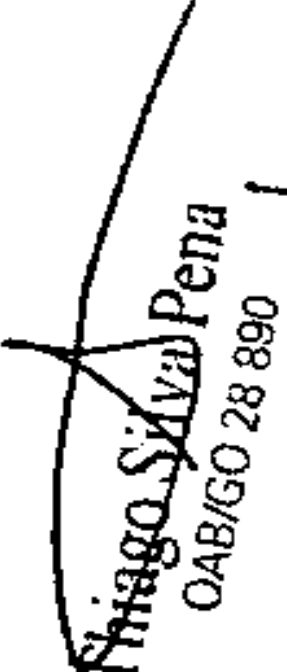


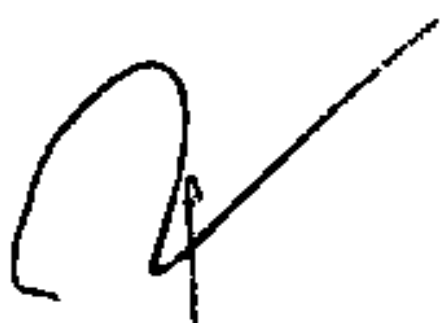
Na hipótese de um dos sócios quotistas vir a contrair matrimônio seguido de separação judicial, divórcio ou outra forma de dissolução do casamento, o terceiro (cônjuge do quotista) não será admitido na Sociedade quer em virtude do casamento, quer em virtude da separação matrimonial. Se, todavia, pela dissolução do casamento o terceiro obter direitos sobre as quotas da sociedade, ocorrerá a recompra pela Sociedade das quotas que couberem àquele, procedendo-se para tanto, dentro de 60 (sessenta) dias após a obtenção de tal direito, o levantamento de Balanço Patrimonial onde se apurará os direitos do terceiro, direitos estes que deverão ser pagos em 12 (doze) parcelas mensais, fixas e consecutivas, de forma subordinada às condições econômicas e financeiras da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MUDANÇA DE SUA FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Havendo interesse dos sócios, pode a sociedade mudar sua forma jurídica, como também incorporar, ser incorporada, fusionar, ser fundida, transformar e ser transformada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DELIBERAÇÕES E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As deliberações e alterações contratuais que não envolvam os atos de alterações de percentuais de participação no Capital Social, designação/destituição de administradores, pedidos de recuperação judicial, fusão, cisão, incorporação, abertura e fechamento de filiais, cargos de gestão e redução de direitos de quotistas, podem ser deliberadas e assinadas por quotistas que representem 2/3 (dois terços) do Capital Social.


Thiago Silva Pena
OAB/GO 28.890







Parágrafo Primeiro - O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da Sociedade, deve notificar os demais por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nos termos do caput da cláusula décima.

Parágrafo Segundo - As deliberações dos sócios, nos termos dos artigos 1.071 e 1.072 do Código Civil, serão sempre tomadas em reunião de sócios quando tratarem de (i) aprovação das contas da administração, (ii) designação e destituição de administradores, quando feita em ato separado, (iii) modo de remuneração dos administradores, (iv) modificação do contrato social, (v) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, (vi) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas, e (vii) pedido de recuperação judicial.

Parágrafo Terceiro - A convocação para a reunião de sócios será feita pelos administradores da sociedade através de carta ou e-mail, com protocolo de recebimento, devendo a referida correspondência declinar a data, hora e local da realização da referida reunião e, ainda, a ordem do dia.

Parágrafo Quarto - A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

Parágrafo Quinto - Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

Parágrafo Sexto - Cópia da ata autenticada e assinada pelos administradores ou pela mesa será, nos 20 (vinte) dias subsequentes à reunião, apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

Parágrafo Sétimo - Ao sócio que solicitar, será entregue cópia autenticada da ata.

Parágrafo Oitavo - Anualmente, durante os 4 (quatro) primeiros meses do ano, realizar-se-á reunião de sócios, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil, para deliberar sobre (i) as contas de administração, o balanço patrimonial e o de resultado econômico, (ii) designar administrador(es), quando for o caso, e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante na ordem do dia.

Parágrafo Nono - Os procedimentos de convocação da reunião de quotistas elencados nesta cláusula serão dispensados caso todos os sócios compareçam ou se declarem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião, nos termos do § 2º do artigo 1.072 do Código Civil.

Thiago Silva Pena
OAB/GO 28.890



Parágrafo Décimo - Quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seja objeto de reunião, está torna-se dispensável e, conseqüentemente a elaboração das respectivas atas, nos termos do § 3º, do artigo 1.072 do Código Civil.

Parágrafo Décimo Primeiro - A sociedade está dispensada da publicação de convocações, atas e demais documentos.

Parágrafo Décimo Segundo - O quórum de deliberação na reunião de sócios obedecerá as seguintes regras, atendendo ao disposto no artigo 1.076 do Código Civil e seus parágrafos:

I - mínimo de 3/4 do capital social: modificação do contrato social, salvo em relação às matérias que exigem quórum especial, e incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou cessação do estado de liquidação;

II - mínimo de metade do capital social: designação dos administradores sócios, se feita em ato separado, pedido de recuperação judicial e exclusão de sócio;

III - votos correspondentes à maioria entre os presentes: aprovação das contas da administração, nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas, bem como outros assuntos não elencados nos parágrafos anteriores.

Parágrafo Décimo Terceiro - O ingresso de novos sócios será admitido somente mediante consulta e aprovação unânime dos sócios.

Parágrafo Décimo Quarto - Caso o(s) sócio(s) representante(s) de mais da metade do capital social da companhia entenda(m) que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, poderá(ão) excluí-lo(s) da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Décimo Quinto - A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião de quotistas especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Décimo Sexto - Uma vez operada a exclusão, a apuração dos haveres e os pagamentos destes ao sócio excluído, seguirão a mesma forma estabelecida na Cláusula décima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente, está eleito o foro da Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, aplicando-se aos casos omissos as disposições do Código Civil (Lei 10.406/2002), bem como Leis Complementares vigentes e pertinentes a este tipo de personalidade jurídica e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

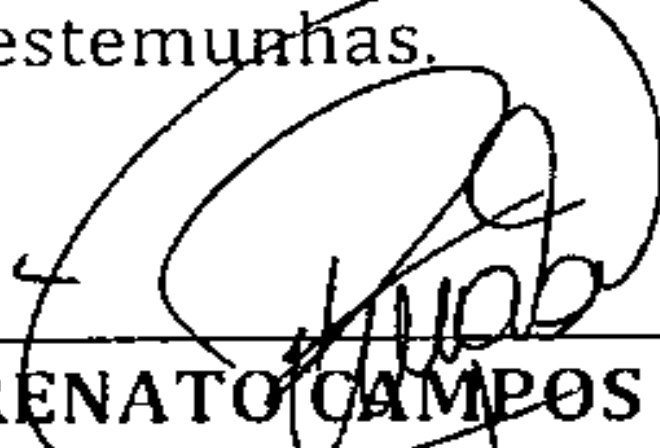
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

Em caso de liquidação, os sócios elegem o liquidante em reunião para este fim e decidem a respeito da forma dessa liquidação e da partilha.

Parágrafo Primeiro - A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou por deliberação de sócio ou sócios representantes da maioria absoluta da quotas.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos pelas normas da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos termos do artigo 1.053, parágrafo único do Código Civil.

E, assim, por estarem justos e contratados, obrigam-se livremente a cumprir o presente instrumento, lavrado em via única, assinado pelos sócios, na presença de duas testemunhas.


RENATO CAMPOS AMARAL

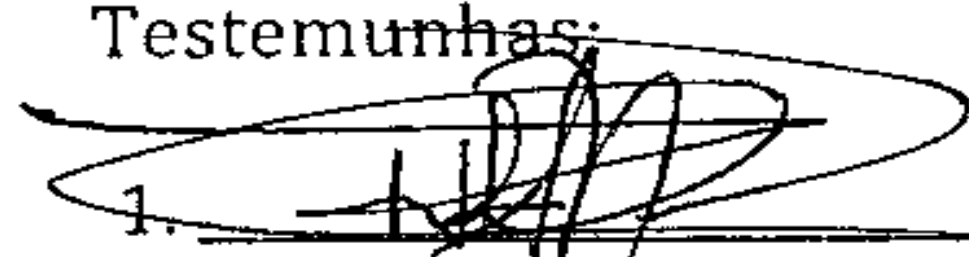

GUSTAVO FERNANDES PIMENTEL

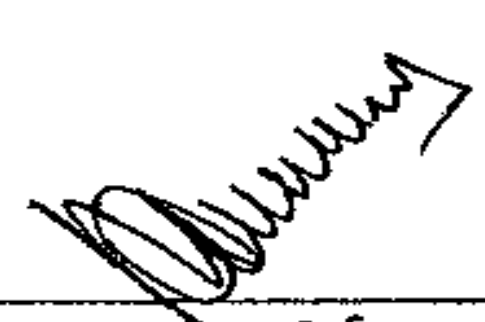

FABIANA DO AMARAL SALLA MACHADO

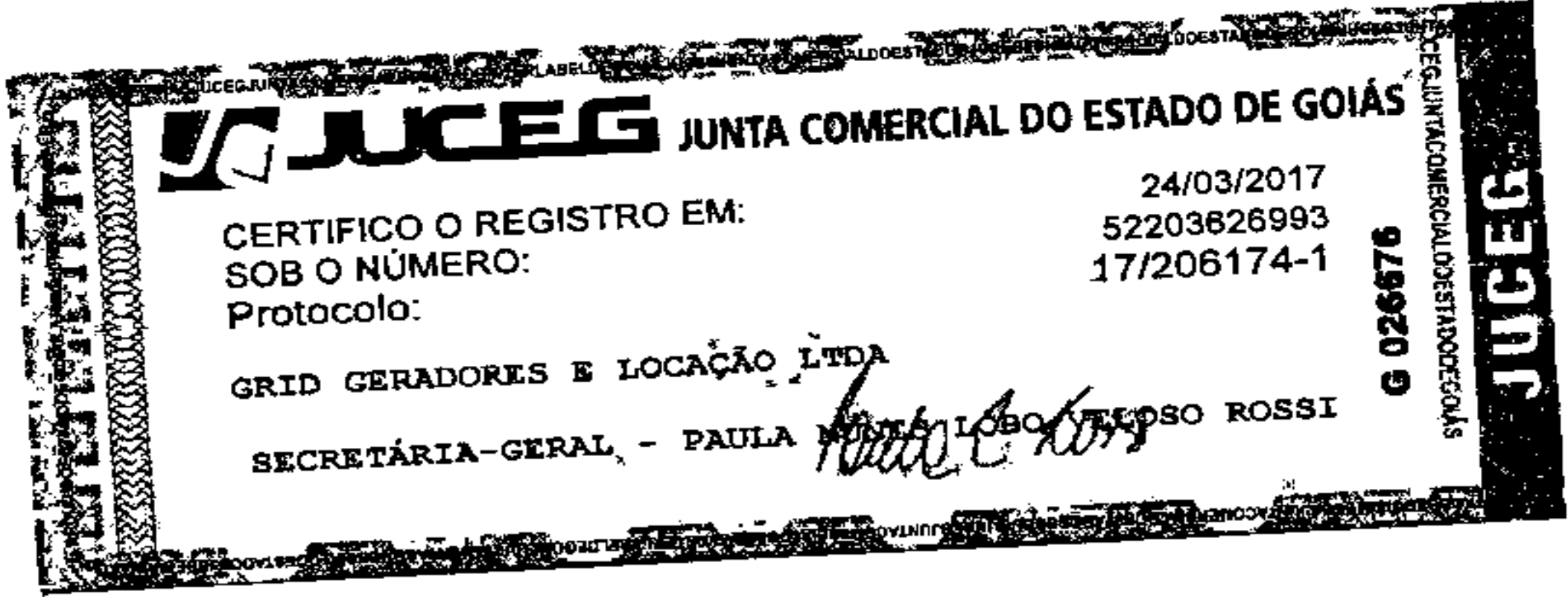
Goiânia/GO, 21 de fevereiro de 2017.

Thiago Silva Pena
OAB/GO 28.890

Testemunhas:

1. 
Nome: REGINA DO DITOS
End: AV. ANAPOLIS QD M LT. 04 VL. 7
RG nº: 4739920 SSP-60
CPF/MF nº: 017.150.871-86

2. 
Nome: MANOEL FRANCISCO MANTIAS DE CARVALHO
End: RUA MARAVIS QD 90 LT 04 AL. DE GOIÂNIA
RG nº: 5705659 - SSP 60
CPF/MF nº: 514.223 792-72





CLOTILDE SOUZA FRAUSINO PEREIRA | Tabeliã
Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (062) 3215-8998

02021702221632094602774, 02021702221632094602775,
02021702221632094602776 - Consulte em <http://extrajudicial.tgo.jus.br/eio>
Reconheço as assinaturas indicadas de RENATO
CAMPOS AMARAL, GUSTAVO FERNANDES PIMENTE,
FABIANA DO AMARAL SALLA MACHADO feita em minha
presença. Dou fé. *138105D *0024. Goiânia, 14 de março de
2017 - 13:23:58h.

Clotilde Souza Frausino Pereira

2º Tabelionato de Notas
Simony Coelho Medeiros Gouveia
Escrevente
Rua João de Abreu N° 157 - Setor Oeste
GOIÂNIA - GOIÁS

2º Tabelionato de Notas
Simony Coelho Medeiros Gouveia
Escrevente
Rua João de Abreu N° 157 - Setor Oeste
GOIÂNIA - GOIÁS

Certifico que este documento da empresa GRID GERADORES E LOCAÇÃO LTDA, Nire: 52 20362699-3 , foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 17/206174-1 e o código de segurança 1DcaA. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/03/2017 15:54:35 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.